SUMÁRIO

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 1

Título I
DA ADVOCACIA
Capítulo I
DA ATIVIDADE DE ADVOCACIA (do art. 1º ao 5º) 3
Comentários 4
1. Do exercício do *jus postulandi* 4
2. Atividade de consultoria, assessoria e direção jurídica 7
3. Da vedação da divulgação da advocacia e o exercício com outra atividade 8
4. Da tendência de abrandamento da proibição da publicidade dos advogados e sociedades de advogados 10
5. Indispensabilidade do advogado 11
6. Do múnus público da advocacia e função social 13
7. Da inviolabilidade da advocacia 13
8. Utilização da denominação "advogado" e requisito da inscrição na OAB . 15
9. Da advocacia pública 16
10. Funções do estagiário 17
11. Da nulidade do exercício ilegal da advocacia 17
12. O mandato judicial 18
13. Renúncia do mandato 19
Jurisprudência da OAB 19

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II

DOS DIREITOS DO ADVOGADO (arts. 6º e 7º) 25
Comentários 28
14. Da independência do advogado e falta de subordinação aos agentes públicos 28
15. Liberdade de exercício profissional 29
16. Inviolabilidade funcional do advogado 29
17. Do direito de comunicar-se com cliente preso 30
18. Prisão em flagrante e regime prisional do advogado 31
19. Direito ao livre acesso 33
20. Relacionamento com os magistrados 33
21. Sustentação oral nos tribunais 37
22. Esclarecimentos e reclamações 38
23. Prerrogativa de falar sentado ou em pé 39
24. Vista e exame de autos e documentos 39
25. Desagravo público 42
26. Símbolos privativos da advocacia 42
27. Recusa para depor como testemunha 43
28. Retirada do recinto em face de atraso de magistrado 44
29. Imunidade profissional 44
30. Salas especiais e controle da OAB/SP 47
Jurisprudência da OAB 47

Capítulo III

DA INSCRIÇÃO (do art. 8º ao 14) 51
Comentários 53
31. Requisitos para a inscrição do advogado na OAB 53
32. Exame de Ordem 55
33. Inscrição de advogado estrangeiro – Caso especial dos portugueses 58
34. Requisitos para inscrição do estagiário de direito 58
35. Domicílio profissional – Inscrição principal 59
36. Inscrição suplementar 60
37. Transferência definitiva 60
38. Cancelamento da inscrição 61
39. Licenciamento 62
40. Documento de identidade do estagiário e do advogado 63
41. Indicação do número de inscrição em documentos e publicidade da advocacia 63
Jurisprudência da OAB 64

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo IV

DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (do art. 15 ao 17) 71
Comentários 72
42. Sociedade de advogados – Características – Natureza *sui generis* 72
43. Constituição e objeto 73
44. Denominação da sociedade 74
45. Responsabilidade da sociedade e dos sócios 75
46. Filiais 75
47. Responsabilidade ético-disciplinar 76
48. Licenciamento e impedimentos – Incompatibilidade dos sócios 76
49. Contratos de associação 77
Jurisprudência da OAB 78

Capítulo V

DO ADVOGADO EMPREGADO (do art. 18 ao 21) 83
Comentários 84
50. Advogado empregado – Isenção técnica 84
51. Interesses pessoais do empregador 86
52. Salário-mínimo profissional 86
53. Jornada de trabalho do advogado e reflexos 87
54. Honorários de sucumbência na relação de emprego 88
Jurisprudência da OAB 89

Capítulo VI

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (do art. 22 ao 26) 93
Comentários 94
55. Direito a honorários 94
56. Contratação de honorários e modalidades de pagamento 95
57. Honorários arbitrados judicialmente 96
58. Honorários de sucumbência 97
59. Honorários *quota litis* 99
60. Cobrança de honorários e prescrição 100
61. Honorários em assistência jurídica 101
Jurisprudência da OAB 102

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo VII

DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS (do art. 27 ao 30) 107
Comentários 108
62. Incompatibilidade e impedimento para o exercício da advocacia 108
63. Incompatibilidade dos Poderes Executivo e Legislativo 109
64. Funções de julgamento 110
65. Cargos ou funções de direção 111
66. Cargos vinculados ao Poder Judiciário e registros públicos 112
67. Atividade policial 112
68. Militares da ativa 113
69. Cargos e função tributária 114
70. Direção e gerência de instituições financeiras 114
71. Advocacia exclusiva 115
72. Impedimento dos servidores públicos e parlamentares 115
Jurisprudência da OAB 117

Capítulo VIII

DA ÉTICA DO ADVOGADO (do art. 31 ao 33) 125
Comentários 125
73. O advogado e a ética 125
74. Independência e destemor do advogado 127
75. Responsabilidade civil do advogado 128
76. Código de Ética e Disciplina 130
Jurisprudência da OAB 131

Capítulo IX

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES (do art. 34 ao 43) 135
Comentários 138
77. Das infrações disciplinares 138
78. Exercício da profissão por impedidos e facilitação aos não inscritos (I) 139
Jurisprudência da OAB 140
79. Participação em sociedade irregular (II) 143
Jurisprudência da OAB 144
80. Valer-se de agenciador de causas (III) 145
Jurisprudência da OAB 146
81. Angariar ou captar causas (IV) 149
Jurisprudência da OAB 151
82. Assinar documentos de natureza profissional que não tenha elaborado (V) 154
Jurisprudência da OAB 154

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

83. Advogar contra literal disposição da Lei (VI) 155
Jurisprudência da OAB 156
84. Revelação do sigilo profissional (VII) 157
Jurisprudência da OAB 160
85. Estabelecer entendimento, sem autorização, com parte adversa (VIII) 164
Jurisprudência da OAB 164
86. Prejudicar por culpa grave o cliente (IX) 166
Jurisprudência da OAB 168
87. Acarretar, conscientemente, nulidade processual (X) 173
Jurisprudência da OAB 174
88. Abandono da causa (XI) 174
Jurisprudência da OAB 175
89. Recusa, sem justo motivo, a prestação de assistência jurídica (XII) 177
Jurisprudência da OAB 178
90. Publicidade habitualmente na imprensa de trabalhos (XIII) 180
Jurisprudência da OAB 181
91. Deturpação de transcrição de citações (XIV) 182
Jurisprudência da OAB 182
92. Imputação de fato criminoso a terceiro (XV) 183
Jurisprudência da OAB 184
93. Descumprimento de determinação emanada da OAB (XVI) 186
Jurisprudência da OAB 186
94. Prestar concurso para realização de ato ilícito ou fraudulento (XVII) 187
Jurisprudência da OAB 188
95. Aplicação ilícita ou desonesta de valores recebidos do cliente (XVIII) 193
96. Recebimento de valores da parte contrária (XIX) 194
Jurisprudência da OAB 194
97. Locupletamento à custa do cliente (XX) 195
Jurisprudência da OAB 196
98. Recusa injustificada de prestação de contas ao cliente (XXI) 203
Jurisprudência da OAB 205
99. Reter abusivamente ou extraviar autos (XXII) 211
Jurisprudência da OAB 212
100. Inadimplência para com a OAB (XXIII) 215
Jurisprudência da OAB 216
101. Inépcia profissional (XXIV) 219
Jurisprudência da OAB 221
102. Manter conduta incompatível com a advocacia (XXV) 223
Jurisprudência da OAB 224
103. Falsa prova dos requisitos para inscrição na OAB (XXVI) 229

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Jurisprudência da OAB 230
104. Inidoneidade moral (XXVII) 231
Jurisprudência da OAB 232
105. Prática de crime infamante (XXVIII) 235
Jurisprudência da OAB 235
106. Prática irregular de ato pelo estagiário (XXIX) 237
Jurisprudência da OAB 238
107. Sanções disciplinares e suas implicações 240
Jurisprudência da OAB 243
108. Diretrizes na fixação da pena – Atenuantes e agravantes 245
Jurisprudência da OAB 246
109. Reabilitação 248
Jurisprudência da OAB 249
110. Prescrição de falta disciplinar 250
Jurisprudência da OAB 251

Título II
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Capítulo I

DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO (do art. 44 ao 50) 259
Comentários 260
111. Ordem dos Advogados do Brasil e sua história 260
112. Natureza jurídica, finalidades e significado do vocábulo "ordem" 262
113. Órgãos da OAB 264
114. Imunidade tributária 264
115. Contribuições devidas à OAB 265
116. Exercício de cargo de conselheiro ou membro da diretoria – Exercício gratuito e obrigatório 266
117. Legitimidade para agir dos Presidentes da OAB e requisição de documentos judiciais 267
Jurisprudência da OAB 268

Capítulo II

DO CONSELHO FEDERAL (do art. 51 ao 55) 271
Comentários 273
118. Composição do Conselho Federal, voto e quórum, estrutura 273
119. Atribuições do Conselho Federal 275
Jurisprudência da OAB 276

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo III
DO CONSELHO SECCIONAL (do art. 56 ao 59) 279
Comentários 280
120. Composição dos Conselhos Seccionais, sessões, voto, quórum e estrutura 280
121. Atribuições dos Conselhos Seccionais 281
Jurisprudência da OAB 282

Capítulo IV
DA SUBSEÇÃO (arts. 60 e 61) 287
Comentários 288
122. Natureza, estrutura e jurisdição da Subseção 288
123. Competência da Subseção 289
124. Intervenção na Subseção 289
Jurisprudência da OAB 290

Capítulo V
DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS (art. 62) 293
Comentários 293
125. Caixa de Assistência dos Advogados 293
Jurisprudência da OAB 295

Capítulo VI
DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS (do art. 63 ao 67) 301
Comentários 302
126. Processo eleitoral da OAB 302
127. Requisitos de elegibilidade 305
128. Extinção do mandato 306
Jurisprudência da OAB 306

Título III
DO PROCESSO NA OAB

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 68 e 69) 315
Comentários 315
129. Regras processuais no processo disciplinar 315
Jurisprudência da OAB 316

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II

DO PROCESSO DISCIPLINAR (do art. 70 ao 74) 321
Comentários 322
130. Poder disciplinar da OAB 322
131. Fases do processo disciplinar 323
132. Suspensão preventiva 325
133. Princípios gerais do processo disciplinar e nulidades 326
134. Revisão do processo disciplinar 327
Jurisprudência da OAB 328

Capítulo III

RECURSOS (do art. 75 ao 77) 347
Comentários 347
135. Recursos 347
Jurisprudência da OAB 349

Título IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS (do art. 78 ao 87) 355
Comentários 357
136. Regulamento Geral da Advocacia 357
137. Regime dos servidores da OAB 357
138. Conferência dos advogados 358
139. Colégio dos Presidentes das seccionais 358
140. Disposições gerais e transitórias 359
Jurisprudência da OAB 359

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB 361

REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB 375

ANEXOS

Organização da Ordem dos Advogados – Aviso de 7 de agosto de 1843, approvando os Estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros 421
Organização da Ordem dos Advogados Brasileiros – Decreto nº 7.836/1880 422
Estatutos do Instituto dos Advogados Brazileiros 422
Decreto nº 19.408/1930 – Criação da Ordem dos Advogados Brasileiros 423
Decreto nº 20.784/1931 – Criação do Conselho Federal da OAB 426
Regulamento a que se refere o Decreto nº 20.784/1931 426
Resolução nº 02/1994 – Estabelece as disposições transitórias relativas à aplicabilidade da Lei nº 8.906/1994 427

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Resolução nº 01/2003 – Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB .. 430
Ações Diretas de Inconstitucionalidade – STF 431
ADI 1.105 431
ADI 1.127 431
ADI 1.194 432
ADI 1.552 434
ADI 3.026 434

BIBLIOGRAFIA 435
ÍNDICE ONOSMÁTICO 441
ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS (Jurisprudência) 443
ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS (Geral) 459

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br